

Sessões confusas 'limpam' pauta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Depois de mais de 15 horas de uma sessão tumultuada, que começou no início da madrugada, foi interrompida de manhã e recomeçou na tarde de ontem, prolongando-se pela madrugada de novo, a Câmara aprovou alguns projetos importantes, como a proibição de contratações pela União, Estado e municípios nos 365 dias anteriores às eleições; o subsídio aos produtores de leite; e os incentivos fiscais à Cultura. No caso do subsídio à produção nacional do leite, o projeto aprovado abre crédito de Cr\$ 1,5 bilhão para as despesas com a subvenção do produto.

A sessão foi aberta às 11h20, embora estivesse prevista para as 10 horas. O atraso decorreu do fato de os trabalhos plenários terem-se estendido madrugada adentro, ontem, o que acabou provocando a falta de tempo hábil para que os funcionários preparassem os avulsos com os projetos de pauta. Em nenhum momento da sessão houve quórum, mas nenhum parlamentar solicitou verificação de presença.

O projeto que amplia a fiscalização do TCU voltou às comissões técnicas por ter sido emendado, e três outros, relativos a medidas visando a assegurar o êxito do congelamento de preços, todos de deputados, não foram votados porque, por serem semelhantes, ficou decidido que seriam anexados e tratados de forma mais unitária. Um outro projeto, estabelecendo o Programa Nacional de Minerais Estratégicos, prevendo medidas nacionalistas, também voltou às comissões por ter sido emendado.

Foi aprovado o projeto que autoriza o governo do Distrito Federal a constituir uma fundação com a finalidade de amparar os trabalhadores presos, bem como outro que reestrutura o Ministério Público na capital da República e nos territórios.

Além desses ainda foram aprovados o que assegura aos partidos políticos e candidatos o direito de usar o número com o qual concorreram na última eleição; o que confere aos sindicatos o exercício da fiscalização das normas de proteção ao trabalho; o que aposenta o ex-combatente aos 60 anos de idade; o que abre crédito de Cr\$ 47 milhões para o Ministério da Justiça; o que institui a co-gestão entre trabalhadores e funcionários públicos no Pis-Pasep; o que cria a Universidade Federal do Oeste Paulista; e o que regulamenta a profissão de supervisor educacional.

Também foram aprovados o projeto que estabelece horário para divulgação pelo rádio e pela televisão do Programa Nacional de Defesa do Solo Arável e dos Recursos Naturais do País, a ser elaborado pelo Ministério da Agricultura; o que autoriza o Poder Executivo a construir o hospital regional dos trabalhadores do município gaúcho de Caxias do Sul; o que fixa normas em defesa do patrimônio cultural brasileiro; e o que obriga as instituições oficiais a divulgar as concessões de crédito subsidiado.

O projeto que trata dos royalties a serem pagos aos Estados e Municípios produtores de petróleo foi discutido, mas teve sua decisão adiada. O deputado Prisco Viana apresentou um substitutivo que, de acordo com entendimentos entre os líderes, será votado ainda durante o atual período de esforço concentrado.

